



TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para o serviço de ALUGUEL DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS, CAMINHÕES e MÁQUINAS COM MOTORISTA/OPERADOR para atender as necessidades das Secretarias, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico Via Sistema de Registro de Preços – Decreto Federal n. 10024/2019, Lei Federal 10.520/2002 - Decreto Municipal 599/2020, combinado com a Lei 8.666/93;
1.4	Período:	12 (doze) meses
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93;

2. DO SERVIÇO

2.1 A empresa contratada deverá prestar o serviço de ALUGUEL DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS, CAMINHÕES e MÁQUINAS COM MOTORISTA/OPERADOR, para atender as necessidades das Secretarias Municipais, pelo período de 12 (doze) meses.

2.2 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens/etapas a serem cumpridas, para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades:

2.2.1 O total de horas demonstrado no quadro abaixo, é relativo à estimativa total de horas por veículo durante doze meses. Exemplo: Item 01, a administração estima um total de 10 caminhões, podendo utilizar 2218 horas por doze meses, para cada caminhão/equipamento/máquina.

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	TOTAL HORAS
01	25089	CAMINHAO BASCULANTE, NO TOCO, CAPACIDADE DE 7,5T, INCLUSIVE MOTORISTA E COMBUSTÍVEL	H	6	2218h
02	25089	CAMINHAO BASCULANTE DO TIPO MEDIO-PESADO, TRUCADO, CAPACIDADE DE 12,00M3, INCLUSIVE MOTORISTA E COMBUSTÍVEL	H	1	2218h
03	25089	CAMINHAO COM CARROCERIA FIXA, NO TOCO, CAPACIDADE DE 7,5T, INCLUSIVE MOTORISTA E COMBUSTÍVEL	H	1	2218h
04	25089	CARRETA PARA TRANSPORTE PESADO, CAPACIDADE PARA CARGA UTIL DE 30T, INCLUSIVE MOTORISTA	H	1	2218h
05	25089	DISTRIBUIDOR (ESPARGIDOR) DE ASFALTO (BMB), MOTOR DIESEL, POTENCIA DE 92CV E CAPACIDADE APROXIMADA DO TANQUE DE 10000 LITROS, INCLUSIVE OPERADOR E COMBUSTÍVEL	H	1	2218h



06	25089	ESCAVADEIRA HIDRAULICA, MOTOR DIESEL EM TORNO DE 111CV, CAPACIDADE DE 0,78M3, PROFUNDIDADE DE ESCAVACAO MAXIMA DE 6,60M, COM3 BRACOS ARTICULADOS, BRACO INTERMEDIARIO AJUSTAVEL EM 3 POSICOES, INCLUSIVE OPERADOR E COMBUSTÍVEL	H	1	2218h
07	25089	ESCAVADEIRA HIDRAULICA DE ESTEIRA BRACO LONGADO (MODELO LONG REACH), COM PESO OPERACIONAL EM TORNO DE 23T, MOTOR DIESEL EM TORNO DE 160CV, CACAMBA COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 0,55M3, ALTURA DA ESCAVACAO MAXIMA APROXIMADA DE 15M E PROFUNDIDADEDE ESCAVACAO MAXIMA APROXIMADA ED 12M, INCLUSIVE OPERADOR E COMBUSTÍVEL	H	1	2218h
08	25089	MOTONIVELADORA, MOTOR DIESEL DE 125CV, INCLUSIVE OPERADOR E COMBUSTÍVEL	H	2	2218h
09	25089	RETRO-ESCAVADEIRA/CARREGADEIRA, MOTOR DIESEL EM TORNO DE 75CV, CAPACIDADE DA CACAMBA DE 0,76M3, PROFUNDIDADE DE ESCAVACAO MAXIMA DE 4,00M, INCLUSIVE OPERADOR E COMBUSTÍVEL	H	6	2218h
10	25089	ROLO COMPACTADOR TANDEM, DE 6 A 9T, MOTOR DIESEL DE 55CV, INCLUSIVE OPERADOR E COMBUSTÍVEL	H	2	2218h
11	25089	TRATOR DE ESTEIRAS COM MOTOR DIESEL EM TORNO DE 140CV, COM LÂMINA DE 2330KG, INCLUSIVE OPERADOR E COMBUSTÍVEL	H	1	2218h
12	25089	MINI PA CARREGADEIRA, DE RODAS, CARGA OPERACIONAL EM TORNO DE629KG, ALTURA DE DESCARGA APROXIMADA DE 2,40M, INCLUSIVE OPERADOR E COMBUSTÍVEL	H	5	2218h
13	25089	CUSTO HORARIO CORRIDO DE UTILIZACAO DE EQUIPAMENTOS HIDROJATO CONJUGADO COM SUCCAO ATRAVES DE VACUO, COMPRESSOR ACIONADOPOR TOMADA DE FORCA TIPO ROTATIVO E COM JOGO DE MANGUEIRAS PARA CAPTACAO DE 6" E 8", ESTA ATRAVES DE BRACO ROTATIVO, TANQUE DE ARMAZENAMENTO DE 12.000L, INCLUSIVE MOTORISTA E COMBUSTÍVEL	H	1	2218h

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente contratação de empresa especializada para o serviço de ALUGUEL DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS, CAMINHÕES e MÁQUINAS COM MOTORISTA/OPERADOR, possui o fito de corrigir o déficit de equipamentos necessários a continuidade da prestação dos serviços de limpeza urbana, obras, manutenção de estradas vicinais, transporte, abastecimento e manutenção de equipamentos em estradas rurais, pavimentação asfáltica e deslocamento de equipes de limpeza urbana.

3.1.1 A presente contratação será realizada, de acordo com a demanda, tendo vista o sucateamento atual da frota de veículos, bem como servirá como plano emergencial, em caso de alagamentos, deslizamentos de terra e possíveis situações de calamidade, tendo em vista a característica do município descrita no item 3.2.

3.2 A presente contratação é essencial para ações de infraestrutura urbana, visando atender a demanda do Município, tendo em vista que Nova Friburgo, situa-se em uma região de



elevada precipitação pluviométrica, bem como possui um relevo bastante montanhoso, o que gera queda de barreiras e árvores, alargamentos, e etc.

3.2.1 O abastecimento dos veículos ocorrerá as expensas da contratada.

3.3 A tabela a seguir demonstra de forma explicativa o cálculo feito para se chegar ao total de horas por veículo:

HORAS POR DIA:	HORAS P/ MÊS (22 Dias x 07h)	Total de Horas ano: (154h x 12)	+ 20% = 370h.
07 horas	154h/mês	1848h/ano	2.218h (estimado)

3.3.1 O total de horas foi calculado considerando apenas dias úteis, bem como horas úteis/dia.

3.3.2 O adicional de 20% foi calculado de maneira a resguardar a administração pública para algum tipo de excepcionalidade, como situações de calamidade e urgência e/ou possibilidade de mutirões durante os finais de semana.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.2 As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

4.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

4.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	3.3.90.39.15
5.1.2	Fonte de Recurso:	17



5.1.2 Programa de Trabalho: 08003.0412200112.038

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

6. FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

O CONTRATO a ser celebrado tem por objetivo a contratação de empresa especializada para o serviço de ALUGUEL DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS, CAMINHÕES e MÁQUINAS COM MOTORISTA/OPERADOR para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

6.1 Os serviços a serem contratados deverão contemplar todos os itens necessários para seu pleno funcionamento.

6.2 Após a assinatura do contrato, a empresa vencedora do presente certame, em um prazo máximo de 10 dias corridos, deverá apresentar toda a frota a ser disponibilizada para a municipalidade, bem como documentação dos veículos, motoristas e operadores, necessários ao cumprimento do Código de Transito Brasileiro, para a execução dos serviços e operação dos veículos.

6.3 A presente contratação deverá acompanhar a manutenção dos veículos, fornecimento de peças, seguro total, combustível, e dispor do serviço vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana.

6.4 O prazo para início dos serviços será de 48hrs a partir da emissão da Ordem de Serviço a ser enviada pela Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados.

6.4.1 O prazo que versa o item anterior poderá ser prorrogado a critério da CONTRATANTE, desde que devidamente justificado pela CONTRATADA.

6.4.2 Os veículos serão utilizados em dias úteis, no horário compreendido entre 07h e 18h.

6.4.2.1 Excepcionalmente, os equipamentos poderão ficar à disposição do Município, em finais de semana e feriados, bem como em períodos noturnos, em casos de calamidade, ou em casos que a administração municipal julgue necessário, desde que devidamente justificados.

6.5 Os veículos deverão estar devidamente licenciados e em conformidade com o Código Nacional de Trânsito Brasileiro.

6.6 Os veículos deverão ter os respectivos Certificados de Registro de Veículos expedidos.

6.7 Os veículos deverão conter adesivos de identificação nas portas laterais, de forma visível e destacada com a logo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e com os dizeres: "A Serviço da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo."



6.7.1 Caso os veículos sejam usados pela contratada em outros trabalhos estranhos ao uso da municipalidade, ou em contratos com terceiros, fica a contratada proibida de usar as informações de que versam o item 6.7.

6.8 Todos os itens do objeto desta licitação deverão ter no máximo até 05 (cinco) anos de uso

6.9 Os motoristas/operadores, manterão devidamente preenchido diário de bordo, a ser disponibilizado pela Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves Pesados, que deverá ser devidamente preenchido com o horário de início e término da prestação dos serviços, data, local, hodômetro/horímetro, placa do veículo ou número de identificação, e demais observações necessárias, para fins de fiscalização e cálculo de horas em que o equipamento ficou à disposição da municipalidade.

6.9.1 O diário de bordo será acompanhado quando do início e término do serviço por servidor indicado pela secretaria para o qual será prestado o atendimento.

6.9.1.1 Ficará a cargo do servidor a conferência das informações anotadas, sendo o mesmo responsável pelos dados contidos no diário de bordo.

6.10 O motorista/operador deverá portar sempre os documentos de porte obrigatório do veículo e o comprovatório de sua habilitação.

6.11 Os motoristas/operadores deverão ser habilitados para condução/operação de cada tipo de veículos, de acordo com as exigências contidas no Código de Trânsito Brasileiro.

6.12 Em caso de avaria do veículo que impeça a execução do serviço a contento, deverá este ser imediatamente substituído por outro similar, de maneira a não interromper o correto andamento dos serviços durante o tempo necessário aos reparos.

6.13 No caso da ocorrência de apreensão do veículo, as despesas decorrentes da retirada, guincho, e outras, correrão por conta da CONTRATADA.

6.14 A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes a vale-transporte, vale-alimentação, encargos sociais, uniformes completos que incluem EPI, ferramental básico e todos os insumos necessários para desempenho adequado dos seus profissionais.

6.15 A CONTRATADA prestará o serviço de acordo com todas Leis Federais, Estaduais e Municipais, bem como regulamentações dos órgãos fiscalizatórios.

7. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 A prestação do serviço se dará em todo o território geográfico do Município de Nova Friburgo.

7.2 Excepcionalmente, desde que devidamente justificado, os veículos poderão sair dos limites do município de Nova Friburgo, desde que previamente autorizados pela Subsecretaria



de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, estritamente para atendimento a demandas de interesse do município, vedada a utilização para fins particulares ou por terceiros.

7.2.1 No caso de necessidade de deslocamento para outros municípios, os mesmos serão prestados dentro do mesmo valor estipulado na licitação, sem ônus para o município.

8. DA LIQUIDAÇÃO

8.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

- 10.1.1 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;
- 10.1.2 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;
- 10.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;
- 10.1.4 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.
- 10.1.5 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;
- 10.1.6 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.



10.1.7 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

11.1.1 Atender de imediato às solicitações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística quanto às substituições da mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;

11.1.1.1 A Detentora se obriga a afastar ou substituir dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para a PREFEITURA, qualquer motorista/operador de seu quadro, que, por sua solicitação, não deva continuar a participar da locação.

11.1.2 O disposto no item anterior se aplica também aos veículos e equipamentos.

11.1.3 Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;

11.1.4 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, para representá-la na execução do Contrato;

11.1.5 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.1.6 Arcar com toda despesa e responsabilidade pela remoção e transporte de todo e qualquer equipamento que precise ser retirado do local de trabalho ou em razão da prestação do serviço, com a prévia autorização e comunicação aos fiscais do contrato;

11.1.7 Fornecer insumos operacionais dos equipamentos, tais como, óleos, filtros, correias, mangueiras e outros que se façam necessários ao correto funcionamento dos veículos

11.1.8 Durante o período que decorrerá entre o início e término do contrato, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação ininterrupto com profissional de sobreaviso para em caso de intercorrência na prestação dos serviços, haja acionamento imediato, disponibilizando assim contato deste e de um substituto;

11.1.9 Na ocasião de paralisação do veículo ou equipamento, deverá a CONTRATADA enviar um técnico para revisão e resolução do problema em período nunca superior a 2 (duas) horas;

11.1.10 A empresa contratada deverá apresentar, sempre que solicitada pelo Gestor do contrato, mapas de manutenção realizada nos equipamentos com todos os reparos, assinados e carimbados por cada responsável técnico.



11.1.11 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.1.12 Fornecer à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município.

11.1.13 Fornecer ao CONTRATANTE o número de telefone do preposto, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência ou de algum sintoma anormal em equipamentos;

11.1.14 Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;

11.1.15 Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

11.1.16 Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente Termo de Referência;

11.1.17 Observar todo o disposto no Decreto Municipal 238/18 em especial:

11.1.17.1 Apresentar documentação comprobatória de recolhimento mensal INSS e do FGTS e informações à Previdência Social (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP; Guia de Recolhimento do FGTS – GRF ou documento equivalente), de acordo com a legislação e os padrões estabelecidos pela Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal;

11.1.17.2 Apresentação de relação nominal dos empregados designados para execução mensal dos serviços, com CPF, cargo, valor do salário mensal, carga horária mensal trabalhada, período trabalhado, valor pago do INSS e do FGTS, Número de Identificação do Trabalhador – NIT, entre outras informações que se fizerem necessárias à verificação do efetivo e tempestivo controle do recolhimento, pela contratada, dos encargos trabalhistas e previdenciários (FGTS e INSS) relacionados aos pagamentos de salários dos trabalhadores alocados em contrato.

11.1.18 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Infraestrutura e Logística;

11.1.19 Restituir, ao término do prazo de vigência contratual, todo e qualquer equipamento pertencente ao município que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento;

11.1.20 Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e respectiva Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA (EXEMPLO), em nome da empresa, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características,



quantidades e prazos compatíveis com as do objeto do termo de referência, devidamente registrados na entidade profissional competente;

11.1.21 Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro no em órgão respectivo, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre o quantitativo executados;

12. MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Alan Figueira Correa	105.871	Gestor titular
Bruno Pinel Daniel	100.044	Gestor substituto
Guilherme Elias Martins	62.120	Fiscal Titular Secretaria de Infraestrutura e Logística
Gerson Alfredo Bellinger	100.062	Fiscal Titular Subprefeitura de Lumiar



Sabrina Christina da Silva	62.254	Fiscal Titular Secretaria de Agricultura
Adalberto de Almeida da Silva	15.000	Fiscal Titular Secretaria de Serviços Públicos
Filipe Fernandes Pacheco	62.245	Fiscal Titular Subprefeitura de Campo do Coelho
Ygor Mendes de Andrade	115.046	Fiscal Titular Subprefeitura de Olaria, Cônego e Cascatinha
Jeferson Pires Aragão	62.401	Fiscal Titular Secretaria de Obras
Cristovão da Silva Lopes	62.714	Fiscal Titular Subprefeitura de Conselheiro Paulino
Guilherme Elias Martins	62.120	Fiscal Substituto

14.3 O(s) fiscal(is) do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

14.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

14.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 A empresa vencedora do certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste termo de referência.

16. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO



16.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02a contratada que:

17.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.2. Apresentar documentação falsa;

17.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.5. Não manter a proposta;

17.1.6. Cometer fraude fiscal;

17.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

17.3. Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

17.3.1. Advertência;

17.3.2. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

17.3.3. Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

17.3.4. Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.3.5. Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida



sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

17.3.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

17.3.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

17.3.10. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

19. DA RESCISÃO

19.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

19.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

19.2.1 Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística;

19.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

19.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.



20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

20.2 Termo de referência elaborado pela equipe técnica desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

Nova Friburgo/RJ, 20 de janeiro de 2022.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Alan F. Correa Subsecretário de Manutenção de Veículos Leves e Pesados Mat. 105.871	<hr/> Bruno Pinel Daniel SMVLP Mat. 100.044

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística
Mat. 62.775